



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA N. 38 DE 26 DE JANEIRO DE 2015

A MINISTRA NANCY ANDRIGHI, no exercício da Presidência, usando da atribuição conferida pelo art. 21, inciso XXXI, do Regimento Interno e atendendo ao disposto no art. 54, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º - Torna público, na forma dos anexos, o relatório de gestão fiscal referente ao terceiro quadrimestre de 2014, mediante sua publicação na imprensa oficial e na internet, consoante o disposto no art. 55, § 2º, da Lei Complementar n. 101/2000.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Este texto não substitui o publicado no DOU.

Fonte: Diário Oficial da União, 29 jan. 2015. Seção 1, p. 129-131.

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R\$ 1:00	
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PRO-CESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	815.231.744,58	24.795.271,51	840.027.016,09
Pessoal Ativo	552.336.270,82	23.605.829,27	575.942.110,09
Pessoal Inativo e Pensionistas	262.895.473,76	1.189.432,24	264.084.906,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	239.560.022,99	24.795.271,51	264.355.294,50
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	348.869,79	0,00	348.869,79
Despesas de Exercícios Anteriores	6.626.247,20	24.795.271,51	31.421.518,71
Inativos e Pensionista com Recursos Vinculados	232.584.906,00	0,00	232.584.906,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	575.671.721,59	0,00	575.671.721,59
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			641.578.197.000,00
% do DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100		0,089727%	0,089727%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,223809%		1.435.909.746,92
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,212619%		1.364.114.259,58
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,201428%		1.292.318.772,23

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Notas:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processadas são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Nos subtópicos - Pessoal Ativo e Despesa de Exercícios Anteriores - não foi contado o valor de R\$ 1.845.814,83 referente à descentralização da Justiça Federal (órgão 12.000) para Pagamento de passivos

Este texto não substitui o publicado no DOU.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")		R\$ 1,00	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
<Identificação do Recurso Vinculado>			
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-
0100000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS	146.405.605,37	24.471.533,89	121.934.071,48
0127000000 - CUSTAS E EMOLUM. - PODER JUDICIÁRIO	9.909.764,31	1.560.535,98	8.349.228,33
0150000000 - RECURSOS NÃO-FINANC. DIRET. ARREC.	319.405,20	0,00	319.405,20
0150111010 - RECEITAS ARRECADAS DIRET. - STJ	64.692,71	0,00	64.692,71
0175000000 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00	1.111.379,70	-1.111.379,70
0175111010 - STJ-RESSARC. DESP. PORTE REME/RET AUTOS	12.087.151,33	3.215.602,25	8.871.549,08
0300000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	38.670,92	-38.670,92
0350000000 - RECURSOS NÃO-FINANC. DIRET. ARREC.	200.652,00	0,00	200.652,00
0375000000 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00	4.204.919,83	-4.204.919,83
0375000000 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS - STJ	4.711.450,85	5.576,20	4.705.874,65
BANCOS - CEF (CAUÇÃO)	126.707,42	126.707,42	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	173.825.429,19	34.734.926,19	139.090.503,00
TOTAL (III) = (I+II)	173.825.429,19	34.734.926,19	139.090.503,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	23.440,19	0,00	23.440,19

FONTE: SIAFI GERENCIAL

NOTA: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Observações: a) No SIAFI não existe conta específica para controle dos valores utilizados como recursos vinculados, conforme conceito apresentado no Manual de Demonstrativos Fiscais. Por esta razão o STJ considerou os seus recursos como não vinculados.

b) O saldo de Restos a Pagar Não Processados de Exercícios Anteriores está incluso na Coluna Obrigações Financeiras, conforme dispõe o Manual de Demonstrativos Fiscais.

c) Está computado nos Recursos Ordinários o montante de R\$ 28.726,30 descentralizado pelo órgão 12.000 para ajuda de custo.

d) Na coluna Obrigações Financeiras foi computado o saldo da conta 212196014 de R\$ 840,45 referente à Restituição de Receita Recebidas.

A despesa foi novamente apropriada e paga sem, contudo, ter sido cancelado o saldo anterior.

Este texto não substitui o publicado no DOU.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014
 RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
<Identificação do Recurso Vinculado>						
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-	-	-	-
0100000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.870.572,01	1.186.398,77	1.890.746,03	73.519.140,92	121.934.071,48	0,00
0127000000 - CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIÁRIO	132,98	18.851,83	318.477,73	2.867.351,37	8.349.228,33	0,00
0150000000 - REC.NÃO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECAD.	0,00	0,00	0,00	0,00	319.405,20	0,00
0150111010 - REC. ARRECADADAS DIRETAM. - STJ	0,00	0,00	0,00	0,00	64.692,71	0,00
0175000000 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.111.379,70	0,00
0175111010 - STJ - RESSARC. DESP. PORTE REMESSA/RETOR	0,00	0,00	3.215.602,25	3.559.699,80	8.871.549,08	0,00
0300000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	-38.670,92	0,00
0350000000 - RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRET. ARREC.	0,00	0,00	0,00	0,00	200.652,00	0,00
0375000000 - TAXAS POR SRVÇOS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.204.919,83	0,00
0375111010 - TAXA POR SERVIÇOS PÚBLICOS - STJ	0,00	5.576,20	0,00	500.954,82	4.705.874,65	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)						
TOTAL (III) = (I+II)						
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹						

FONTE: SIAFI GERENCIAL

NOTA: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Observações: a) No SIAFI não existe conta específica para controle dos valores utilizados como recursos vinculados, conforme conceito apresentado no Manual de Demonstrativos Fiscais. Por esta razão o STJ considerou os seus recursos como não vinculados.

b) Está registrado na fonte 0100000000 - Recursos Ordinário o montante de R\$ 28.726,30 descentralizado pelo órgão 12.000 para ajuda de custo.

c) Foi inserido em Restos a Pagar Liquidados de Exercícios Anteriores e deduzido de Restos a Pagar Não Liquidados de Exercícios Anteriores o valor de R\$ 1.805.288,45 de precatórios.

Este texto não substitui o publicado no DOU.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DOS LIMITES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014

LRF, art. 48 - Anexo VII		R\$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do Limite - TDP	575.671.721,59	0,089727%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.435.909.746,92	0,223809%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	1.364.114.259,58	0,212619%
Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	1.292.318.772,23	0,201428%

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	80.447.146,91	139.090.503,00

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Observação: Demonstrativo elaborado conforme Ofício Circular nº 1/2014/SUCON/STN/MF-DF

MIGUEL AUGUSTO FONSECA DE CAMPOS
 Diretor-Geral

SERGIO JOSÉ AMÉRICO PEDREIRA
 Secretário de Administração

DIOCÉSIO SANT'ANNA DA SILVA
 Secretário de Controle Interno
 Substituto

Este texto não substitui o publicado no DOU.